

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (EQT) – 2026.2

**SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR (PREVIC)**

TIPO DA PROVA

1



ATENÇÃO!

Confira o TIPO da sua prova com o que está indicado no seu CARTÃO DE REPOSTAS.

**DIVERGÊNCIA NO TIPO DEVE
SER COMUNICADA AO FISCAL
DA SALA.**



É proibido o uso de aparelhos eletrônicos.



Não é permitido comunicar-se com outros candidatos.



Não é permitida a consulta a livros, apostilas ou anotações.

INFORMAÇÕES DO(A) CANDIDATO(A)

SUA PROVA

- Este caderno contém **25 (vinte e cinco)** questões objetivas **2 (duas)** discursivas.

TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, incluindo o tempo para marcação do Cartão de Respostas e das Folhas de Textos Definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas;
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

INFORMAÇÕES GERAIS

- No Cartão de Respostas e nas Folhas de Textos Definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade;
- Verifique se os dados que constam nesta capa estão de acordo com os que aparecem no seu Cartão de Respostas e Folhas de Textos Definitivos. Caso haja alguma divergência, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que sejam adotadas as devidas providências;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no espaço reservado no Cartão de Respostas e nas Folhas de Textos Definitivos;
- O preenchimento do Cartão de Respostas e da Folhas de Textos Definitivos é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição em caso de **erro** cometido por você;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no Cartão de Respostas e nas Folhas de Textos Definitivos;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa prova!

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC)

1

Em 2025, os planos de benefícios em uma entidade fechada de previdência complementar apresentaram resultado superavitário.

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, satisfeitas as exigências regulamentares relativas aos planos, esse resultado será destinado, inicialmente, à constituição de reserva

- (A) especial, para revisão do plano de benefícios.
- (B) de contingências, para garantia de benefícios.
- (C) de capital, para incorporação ao patrimônio.
- (D) estatutária, para assegurar a integridade do capital.
- (E) legal, para proteção de possíveis resultados negativos futuros.

2

Em 2025 foi reconhecida a inviabilidade de recuperação de uma entidade fechada de previdência complementar, após período de intervenção.

Diante da situação, as seguintes hipóteses foram consideradas para a entidade:

- I. liquidação extrajudicial
- II. falência
- III. concordata

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, essa entidade poderá decretar

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

3

Com relação ao Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, administrado pela Previc, avalie se cada afirmativa a seguir é verdadeira (V) ou falsa (F).

- () O plano de benefícios receberá um número identificador único e intransferível, que o acompanhará desde sua autorização até seu encerramento ou cancelamento.
- () A transferência de plano de benefícios para outra entidade fechada de previdência complementar implicará cancelamento automático no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios.
- () O número de inscrição, no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, de um plano de benefícios eventualmente encerrado ou cancelado não poderá ser atribuído a nenhum outro plano.

Com base na Resolução CNPC nº 46/2021, as afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) V – F – F.

4

De acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 (que dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar), o custeio dos planos de benefícios será de responsabilidade do patrocinador e dos participantes, inclusive assistidos.

Com relação à contribuição do patrocinador e do participante para plano de benefícios, é correto afirmar que

- (A) a contribuição normal do patrocinador para plano de benefícios deverá ser maior do que a do participante.
- (B) as contribuições atribuídas, individualmente, ao patrocinador e ao participante devem ser de igual montante.
- (C) o patrocinador poderá assumir encargos adicionais para o financiamento dos planos de benefícios, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.
- (D) é facultada aos patrocinadores a cessão de pessoal às entidades de previdência complementar que patrocinam, sem ressarcimento dos custos correspondentes.
- (E) além das contribuições normais, os planos poderão prever o aporte de recursos pelos participantes, a título de contribuição facultativa, sem contrapartida do patrocinador.

5

De acordo com a NBC TA 620 – UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DE ESPECIALISTAS, a natureza, a época e a extensão dos procedimentos do auditor para avaliar a adequação do trabalho de um especialista podem variar, dependendo das circunstâncias.

A respeito do tema, avalie se as afirmativas a seguir, sobre os assuntos que o auditor deve considerar ao determinar tais procedimentos, estão corretas.

- I. O auditor deve aplicar procedimentos de auditoria com a mesma extensão e natureza para todos os especialistas, independentemente de o profissional ser interno ou externo à firma de auditoria, visando garantir a padronização das evidências.
- II. A extensão dos procedimentos de auditoria deve ser definida prioritariamente em função da complexidade técnica do trabalho do especialista, independentemente dos riscos de distorção relevante.
- III. O auditor deve considerar os riscos de distorção relevante no assunto a que se refere o trabalho desse especialista.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

6

De acordo com as disposições do CTA 08 - EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (EFPC), as EFPCs possuem particularidades regulatórias e contábeis que devem ser observadas pelo auditor independente.

Sobre a atuação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e as normas aplicáveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) As EFPCs devem adotar plenamente as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sendo vedada a utilização de práticas contábeis específicas estabelecidas pela PREVIC.
- (B) Cabe exclusivamente ao auditor independente definir a forma e a periodicidade das demonstrações contábeis que as EFPCs devem divulgar, independentemente das instruções da PREVIC.
- (C) As práticas contábeis das EFPCs são consubstanciadas apenas em regulamentações do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), não cabendo à PREVIC estabelecer critérios sobre a elaboração das demonstrações.
- (D) Caso a entidade utilize taxas de juros para desconto dentro dos limites máximos estabelecidos pela PREVIC, o auditor está dispensado de analisar o estudo técnico de aderência das hipóteses de rentabilidade elaborado pela administração.
- (E) A utilização de taxas de juros para desconto que não estejam suportadas por estudo técnico de aderência, mesmo que estejam dentro dos limites máximos estabelecidos pela PREVIC, configura uma limitação no alcance do trabalho de auditoria.

7

A equipe de auditoria independente realiza exames nas demonstrações de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. O trabalho exige a avaliação de provisões matemáticas elaboradas pelo atuário responsável da entidade fiscalizada. O sócio encarregado instrui a equipe a determinar a necessidade de utilizar um especialista próprio durante a auditoria. A validação de cálculos complexos requer o estrito cumprimento das normativas profissionais sobre o uso de especialistas. A aderência aos preceitos normativos garante a emissão de um relatório de auditoria independente e livre de distorções.

Em relação à utilização do trabalho de especialistas, avalie, à luz da NBC TA 620 – UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DE ESPECIALISTAS, se cada afirmativa a seguir é verdadeira (V) ou falsa (F).

- I. O auditor independente é o único responsável por expressar a opinião de auditoria, e essa responsabilidade não é reduzida pela utilização do trabalho de um especialista.
- II. A responsabilidade técnica do auditor pela opinião emitida é dividida com o especialista quando este avalia provisões atuariais complexas.
- III. O especialista do auditor é conceituado como uma pessoa ou organização que possui especialização em áreas diversas, que não contabilidade ou auditoria.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) V – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – F.
- (E) V – F – V.

8

O auditor independente X iniciou a avaliação dos passivos atuariais e receitas de custeio de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Ele instruiu sua equipe a testar a conformidade das contribuições normais e facultativas em relação aos rígidos limites normativos vigentes. A validação exige o reconhecimento exato dos direitos creditórios contra o patrocinador e das obrigações administrativas assumidas. O encarregado exigiu profundo rigor técnico na análise dos contratos de cessão de pessoal e no financiamento das despesas essenciais da entidade. Assegurar essa aderência legal é o que previne a equipe de X contra autuações da autarquia por quebra de paridade contributiva.

Sobre o custeio, as despesas e os reflexos patrimoniais (ativos e passivos), avalie, à luz da Lei Complementar nº 108/2001, se as afirmativas a seguir estão corretas.

- I. A contabilização de um ativo (direito creditório) contra o patrocinador deve incluir invariavelmente a obrigatoriedade de contrapartida patronal para os aportes de recursos efetuados pelos participantes a título de contribuição facultativa.
- II. O limite do passivo assumido pelo patrocinador restringe-se ao plano de custeio previsto, sendo-lhe vedado assumir encargos adicionais para o financiamento dos benefícios ou contribuir normalmente com valor superior ao do participante.
- III. A cessão de pessoal pelo patrocinador à entidade fechada é permitida e gera um passivo (obrigação) para a entidade de previdência, uma vez que a legislação determina que os custos correspondentes a essa cessão devem ser ressarcidos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III.

9

A LEI Nº 11.053, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004, dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e prevê que é facultada aos participantes que ingressarem a partir de 1º de janeiro de 2005 em planos de benefícios de caráter previdenciário, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, das entidades de previdência complementar e das sociedades seguradoras, a opção por regime de tributação no qual os valores pagos aos próprios participantes ou aos assistidos, a título de benefícios ou resgates de valores acumulados.

Durante a auditoria independente das demonstrações financeiras de uma entidade fechada de previdência complementar, o auditor verificou a adequada aplicação da legislação tributária e das divulgações constantes das notas explicativas, sendo necessário confirmar o correto conceito de prazo de acumulação previsto na lei.

De acordo com a Lei nº 11.053/2004, o prazo de acumulação corresponde ao

- (A) período compreendido entre a celebração do contrato de previdência complementar e a solicitação administrativa do benefício ou do resgate, sendo irrelevantes a forma de recebimento e os valores efetivamente aportados.
- (B) período compreendido entre o ingresso do participante no plano de benefícios e a concessão do benefício ou do primeiro resgate, sendo calculado exclusivamente pelo tempo de permanência do participante no plano de previdência complementar.
- (C) período contado da formalização da opção pelo regime regressivo de tributação até a data do pagamento do benefício ou do resgate, desconsiderando os aportes realizados antes da manifestação da opção pelo participante.
- (D) intervalo existente entre o primeiro aporte realizado pelo participante e o encerramento do plano de benefícios, considerando apenas o tempo de permanência e a modalidade de benefício contratada pelo participante.
- (E) tempo decorrido entre o aporte de recursos no plano de benefícios mantido por entidade de previdência complementar, sociedade seguradora ou FAPI e o pagamento relativo ao benefício ou resgate, sendo calculado conforme disciplina conjunta da Secretaria da Receita Federal e do respectivo órgão fiscalizador, considerando o tempo de permanência, a forma e o prazo de recebimento e os valores aportados.

10

O auditor independente planeja os testes substantivos sobre os investimentos de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC). A equipe foca na aderência das políticas de alocação de recursos aos limites normativos e às exigências de gestão de risco. A avaliação demanda a verificação dos controles internos sobre os ativos garantidores e a atuação fiduciária dos administradores. O escopo abrange a validação da segregação de funções e a conformidade das operações cursadas nos diversos segmentos de mercado. A execução estrita previne apontamentos regulatórios e protege a solvabilidade exigida para o pagamento de benefícios.

Em relação às diretrizes de aplicação dos recursos garantidores e aos controles internos, avalie, à luz da Resolução CMN nº 4.994/2022, se cada afirmativa a seguir é verdadeira (V) ou falsa (F).

- () A EFPC deve considerar na análise de riscos, sempre que possível, os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos.
- () A EFPC está dispensada de realizar a análise prévia dos riscos dos investimentos caso utilize exclusivamente avaliação fornecida por agência classificadora de risco de reconhecido mérito.
- () A EFPC deve adotar regras e procedimentos que definam a separação de responsabilidades e objetivos associados aos mandatos dos agentes no processo de avaliação e decisão sobre a aplicação de recursos.
- () A fim de otimizar a rentabilidade das carteiras, é livremente permitida à EFPC a realização de operações de compra, venda ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos de benefícios por ela administrados.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V – V.
- (B) F – F – F – F.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – F – V – F.

11

O auditor Previdio examina a carteira de investimentos de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. O escopo inclui a validação das premissas utilizadas no registro e na classificação dos ativos e valores mobiliários. O sócio orienta a revisão da capacidade financeira e da intenção de manutenção dos papéis adquiridos pela fundação. O cenário exige de Previdio o julgamento sobre as reclassificações patrimoniais efetuadas pela administração auditada. A aderência rigorosa aos normativos previne distorções materiais e atesta a fidedignidade da referida carteira.

Sobre o registro e a classificação contábil dos ativos correspondentes a títulos e valores mobiliários, avalie, à luz da resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, se as seguintes afirmativas estão corretas.

- I. A entidade deve registrar obrigatoriamente todos os títulos públicos federais e privados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.
- II. A entidade pode registrar os títulos públicos federais como mantidos até o vencimento se demonstrar intenção e capacidade financeira de mantê-los e o prazo até o vencimento for igual ou superior a cinco anos.
- III. A reclassificação dos títulos públicos federais da categoria de mantidos até o vencimento para títulos para negociação pode ocorrer estritamente por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III.

12

Um auditor independente, responsável pelos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis de uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), foi procurado pela diretoria da entidade para discutir a renovação do contrato de prestação de serviços. Durante a reunião, alguns dirigentes sustentaram que, em razão do longo relacionamento profissional existente entre as partes, não haveria necessidade de observar requisitos específicos relativos à independência do auditor, à comunicação com os órgãos de governança ou à substituição periódica de determinados integrantes da equipe de auditoria.

Além disso, foi sugerido que a contratação de serviços adicionais de consultoria pela mesma firma de auditoria poderia ocorrer sem qualquer avaliação dos potenciais riscos à independência, desde que os trabalhos fossem executados por profissionais distintos daqueles envolvidos na auditoria das demonstrações contábeis. Por fim, um dos administradores afirmou que eventuais irregularidades ou situações relevantes identificadas pelo auditor durante os trabalhos deveriam ser comunicadas exclusivamente à administração da entidade, por se tratar de matéria de natureza interna da EFPC.

Nesse contexto, à luz das disposições da Resolução CNPC nº 44/2021, que dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências, o auditor independente deverá concluir que

- (A) a prestação de serviços adicionais à EFPC pela firma de auditoria é sempre permitida, desde que sejam executados por profissionais distintos daqueles responsáveis pelos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.
- (B) a comunicação de irregularidades ou de situações relevantes identificadas nos trabalhos deve restringir-se à administração da entidade, sendo dispensável a interação com os órgãos de governança e com a autoridade supervisora competente.
- (C) a manutenção de um relacionamento profissional prolongado com a entidade afasta a necessidade de observância dos requisitos de independência, desde que a administração esteja satisfeita com os serviços prestados pela auditoria.
- (D) a prestação dos serviços de auditoria independente exige a observância dos requisitos de independência e de comunicação, bem como a avaliação de situações que possam comprometer a objetividade e a independência do auditor.
- (E) a contratação de serviços de consultoria pela mesma firma de auditoria elimina quaisquer riscos à independência quando os trabalhos forem executados por equipes distintas e aprovados pela alta administração da empresa contratante.

13

Uma empresa que mantém plano de previdência complementar para seus empregados, administrado por entidade fechada de previdência complementar (EFPC), realizou uma reunião para discutir aspectos relacionados à segregação patrimonial e ao custeio das atividades administrativas da entidade.

Durante as discussões, alguns administradores e representantes dos participantes apresentaram as seguintes afirmações:

- I. O Plano de Gestão Administrativa destina-se ao registro das atividades administrativas da entidade, devendo suas receitas, despesas e patrimônio permanecer segregados das operações dos planos de benefícios previdenciais.
- II. Os recursos vinculados ao Plano de Gestão Administrativa podem ser utilizados para a cobertura de obrigações dos planos de benefícios previdenciais, desde que haja autorização dos órgãos de administração da entidade.
- III. Cada plano de benefícios previdenciário possui patrimônio próprio, independente e segregado dos demais planos e do Plano de Gestão Administrativa.
- IV. As despesas administrativas das entidades fechadas de previdência complementar podem ser custeadas conforme as fontes de custeio previstas na regulamentação aplicável e no Plano de Gestão Administrativa.

Com base nas disposições aplicáveis às operações das entidades supervisionadas pela PREVIC, estão corretas as afirmativas

- (A) II e IV, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, III e IV, apenas.
(E) II, III e IV, apenas.

14

Após a incorporação de uma companhia por outra, pertencente ao mesmo grupo econômico, uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC) passou a administrar um número maior de planos de benefícios e registrou aumento significativo em suas despesas administrativas. Diante desse cenário, a equipe responsável pela reorganização financeira da entidade propôs a adoção de medidas emergenciais para recompor o caixa destinado às atividades administrativas.

Entre as medidas sugeridas estavam a utilização temporária de recursos vinculados a um dos planos de benefícios superavitários para custear despesas administrativas da entidade, a centralização de determinadas despesas comuns em um único plano de benefícios e a posterior compensação entre os diversos planos administrados pela entidade.

Ao ser consultado sobre a viabilidade dessas medidas, o auditor independente responsável pelos trabalhos na EFPC ressaltou a necessidade de observância das regras relativas à segregação patrimonial entre os planos de benefícios previdenciais e o Plano de Gestão Administrativa.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) a utilização temporária de recursos de um plano de benefícios para custear despesas administrativas é admitida, desde que a entidade promova a recomposição posterior dos valores utilizados e se comprometa em manter os registros contábeis das movimentações realizadas no período.
- (B) as despesas administrativas podem ser registradas em qualquer plano de benefícios administrado pela entidade, desde que o respectivo critério de rateio seja aprovado pelos órgãos de governança, ainda que, posteriormente, sejam efetuados os ajustes contábeis correspondentes.
- (C) os recursos vinculados aos planos de benefícios previdenciais e ao Plano de Gestão Administrativa devem observar segregação patrimonial, não sendo admitida sua utilização, ainda que em caráter temporário, para finalidades distintas das previstas na regulamentação aplicável.
- (D) a existência de superávit em determinado plano de benefícios autoriza a utilização de seus recursos para cobertura de despesas administrativas da entidade, desde que não haja prejuízo aos participantes e assistidos nem comprometimento do equilíbrio do respectivo plano.
- (E) a centralização das despesas administrativas em um único plano de benefícios é compatível com a regulamentação, desde que os demais planos sejam posteriormente ressarcidos dos valores correspondentes e não haja alteração do equilíbrio econômico-financeiro dos planos.

15

Durante um evento voltado ao financiamento de empresas inovadoras, gestores de investimentos de uma entidade de previdência complementar foram convidados a participar de uma rodada de captação de recursos destinada a uma *startup* que desenvolvia soluções de inteligência artificial para monitoramento de saúde e assistência a idosos. O empreendimento apresentava elevado potencial de valorização, mas ainda se encontrava em estágio inicial de desenvolvimento e não possuía histórico consistente de geração de receitas.

Na oportunidade, alguns participantes sustentaram que a natureza inovadora do projeto e a perspectiva de retornos expressivos seriam suficientes para justificar a realização do investimento, independentemente de avaliações adicionais. Outros argumentaram que a ausência de histórico operacional impediria, por si só, a realização de qualquer investimento dessa natureza.

Ao analisar a operação, o auditor independente destacou que os investimentos classificados como capitais de risco estão sujeitos às regras de governança, à política de investimentos e aos procedimentos de gerenciamento de riscos aplicáveis às entidades supervisionadas pela PREVIC.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) os investimentos em capitais de risco podem ser realizados independentemente das diretrizes estabelecidas na política de investimentos da entidade, desde que apresentem elevado potencial de rentabilidade futura e perspectiva de valorização do empreendimento investido.
- (B) a inexistência de histórico de geração de receitas pela sociedade investida impede, por si só, a realização de investimentos classificados como capitais de risco pelas entidades fechadas de previdência complementar, ainda que existam mecanismos de mitigação de riscos.
- (C) a expectativa de obtenção de retornos superiores aos praticados em outros segmentos de aplicação afasta a necessidade de avaliação específica dos riscos inerentes aos investimentos classificados como capitais de risco e de sua aderência à política de investimentos.
- (D) os investimentos classificados como capitais de risco devem observar as regras de governança, os limites, a política de investimentos, bem como os procedimentos de gerenciamento de riscos que são aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.
- (E) a participação em investimentos classificados como de capital de risco transfere aos administradores das sociedades investidas a responsabilidade pelo gerenciamento dos riscos assumidos pela entidade investidora e pela observância das regras prudenciais aplicáveis.

16

Durante a revisão das demonstrações contábeis de uma entidade supervisionada pela PREVIC, o auditor independente identificou determinadas operações que, embora estivessem amparadas por documentação formal e regularmente aprovadas pelos órgãos internos da entidade, apresentavam características econômicas que poderiam produzir efeitos patrimoniais distintos daqueles inicialmente registrados pela administração ou demandar a divulgação de informações adicionais nas demonstrações contábeis.

Ao discutir o assunto com os responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, surgiram divergências quanto à necessidade de reavaliação dos registros, da suficiência da documentação de suporte e da extensão das divulgações a serem efetuadas nas notas explicativas. Parte da equipe sustentava que a observância das formalidades documentais seria suficiente para afastar qualquer necessidade de reavaliação dos registros ou de divulgações adicionais, enquanto outros defendiam a prevalência da essência econômica das operações e a necessidade de julgamento profissional na elaboração das demonstrações contábeis.

Considerando as disposições da Resolução PREVIC nº 23/2023, que estabelece procedimentos para aplicação das normas relativas às atividades desenvolvidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, bem como normas complementares às diretrizes do Conselho Nacional de Previdência Complementar e do Conselho Monetário Nacional, e as orientações constantes do Guia PREVIC de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria (2021), avalie se as afirmações a seguir estão corretas.

- I. A existência de documentação formal e de aprovação pelos órgãos internos da entidade não afasta, por si só, a necessidade de avaliação da essência econômica das operações para fins de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil, quando aplicável.
- II. A manutenção da documentação de suporte e das trilhas de auditoria constitui um elemento relevante para a confiabilidade das informações contábeis e para a verificação adequada dos registros e procedimentos adotados pela entidade.
- III. A observância das formalidades documentais e dos procedimentos de aprovação interna pode, por si só, afastar a necessidade de divulgações complementares em notas explicativas sobre operações que envolvam estimativas, julgamentos ou incertezas relevantes, desde que seus efeitos patrimoniais tenham sido devidamente registrados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

17

Uma entidade fechada de previdência complementar promoveu, no último trimestre do exercício, a substituição integral de seu sistema contábil e de seus controles de consolidação das informações dos planos de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa. Durante os trabalhos de auditoria, verificou-se que a migração havia sido concluída dentro do prazo previsto; contudo, determinados relatórios auxiliares utilizados na elaboração das demonstrações contábeis não puderam ser integralmente reconciliados com os registros anteriormente mantidos pela entidade.

Além disso, a administração optou por apresentar, juntamente com as demonstrações contábeis, informações complementares de natureza gerencial destinadas aos participantes e assistidos, sem segregá-las claramente das informações que integravam o conjunto das demonstrações contábeis submetidas à auditoria independente.

Após extensas discussões com a administração, o auditor concluiu que as limitações identificadas não eram generalizadas a ponto de impedir a formação de uma opinião sobre as demonstrações contábeis, mas entendeu que determinadas informações apresentadas pela entidade poderiam induzir os usuários a interpretações equivocadas acerca do alcance de seus trabalhos ou da opinião expressa pelo auditor independente.

Nesse contexto, à luz do CTA 08/2013 - EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (EFPC) e das normas de auditoria aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, assinale a afirmativa correta.

- (A) A apresentação conjunta de informações gerenciais e demonstrações contábeis auditadas torna obrigatória a emissão de opinião adversa, independentemente da existência de distorções nas demonstrações contábeis ou de qualquer prejuízo à compreensão dos usuários e à adequada interpretação das informações.
- (B) A impossibilidade de reconciliar integralmente determinados relatórios auxiliares impede, por si só, a emissão de opinião pelo auditor independente, ainda que este tenha obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente por meios alternativos e por procedimentos adicionais de auditoria.
- (C) A inclusão de informações complementares de natureza gerencial, juntamente com as demonstrações contábeis auditadas, exige que tais informações sejam consideradas parte integrante das demonstrações contábeis e, consequentemente, objeto da opinião e das conclusões do auditor independente.
- (D) Limitações não generalizadas e informações adicionais capazes de gerar interpretações equivocadas podem exigir comunicações específicas pelo auditor e a inclusão de esclarecimentos apropriados, sem implicar, necessariamente, modificação de sua opinião sobre as demonstrações contábeis.
- (E) A apresentação de informações complementares pela entidade afasta a aplicação das disposições específicas do CTA 08/2013, passando a emissão do relatório de auditoria a sujeitar-se exclusivamente às normas gerais de auditoria independente e aos procedimentos ordinários de comunicação.

18

Segundo a NBC TA 620 – UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DE ESPECIALISTAS, o auditor deve possuir clareza sobre as definições e responsabilidades envolvidas ao utilizar o trabalho de profissionais de outras áreas.

Com base nessa norma, relacione os termos a seguir com suas respectivas definições ou conceitos.

Termos

- I. Especialista da administração.
- II. Especialização.
- III. Objetividade.
- IV. Especialista do auditor.

Definições e Conceitos

- () Pessoa ou organização com especialização em área que não contabilidade ou auditoria, contratada pelo auditor, cujo trabalho nessa área é utilizado pelo auditor para ajudá-lo a obter evidência de auditoria suficiente e apropriada.
- () Termo que compreende habilidades, conhecimento e experiência em área específica.
- () Pessoa ou organização com especialização em área que não contabilidade ou auditoria, contratada pela administração, em que o trabalho nessa área é usado pela entidade para ajudá-la na elaboração das demonstrações contábeis.
- () Refere-se aos possíveis efeitos que a tendenciosidade, o conflito de interesse ou a influência de outros podem ter sobre o julgamento profissional ou comercial do especialista.

Essas definições e conceitos correspondem, respectivamente, aos termos

- (A) III – I – II – IV.
- (B) IV – II – I – III.
- (C) II – IV – I – III.
- (D) IV – I – III – II.
- (E) III – IV – I – II.

19

Segundo a NBC CTA 08 – EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (EFPC), o auditor, ao planejar e executar o seu trabalho em entidades que administram múltiplos planos de benefícios, deve observar diretrizes específicas quanto à estrutura das demonstrações, ao arcabouço contábil e à redação de seu relatório.

Com base nessa norma, assinale a afirmativa correta.

- (A) O termo “consolidado/consolidadas”, no contexto das EFPCs, refere-se ao somatório de todos os planos de benefícios administrados pela entidade, possuindo um conceito distinto daquele definido pela NBC TG 36 – DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS.
- (B) As EFPCs devem obrigatoriamente adotar, de forma plena e integral, as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), prevalecendo estas sobre as regulamentações da PREVIC em caso de conflito.
- (C) Na redação da opinião do auditor, deve ser utilizada a expressão padrão “práticas contábeis adotadas no Brasil”, uma vez que o setor de previdência complementar não possui especificidades que justifiquem a alteração do jargão técnico usual das auditorias.
- (D) A utilização de taxas de juros para desconto que não estejam suportadas por estudo técnico de aderência representa uma incerteza técnica inerente ao setor, não configurando, por si só, uma limitação no alcance do trabalho de auditoria.
- (E) Quando houver troca de auditores em relação ao ano anterior, o auditor atual deve se abster de mencionar o fato em seu relatório para não confundir o usuário das demonstrações, assumindo a responsabilidade integral pelos saldos comparativos.

20

Considere as diretrizes estabelecidas no Guia PREVIC – Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria 2021 acerca da governança, gestão de riscos e do tratamento contábil de provisões e ativos nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Com base nas recomendações de melhores práticas e na legislação aplicável citada no guia, assinale a afirmativa correta.

- (A) A auditoria interna, para desempenhar suas competências de avaliação de processos e controles, deve participar ativamente da execução dos procedimentos de controle interno das áreas auditadas, assumindo responsabilidade operacional compartilhada para garantir a conformidade e a mitigação de riscos.
- (B) O reconhecimento contábil de ativos contingentes deve seguir critério idêntico ao das provisões passivas, devendo ambos ser registrados no balanço patrimonial sempre que a entrada ou saída de recursos, respectivamente, for considerada possível pela administração da entidade.
- (C) O Relatório para Propósito Especial, destinado a avaliar a adequação dos controles internos aos riscos suportados e à governança, possui caráter meramente facultativo para as EFPC classificadas como Entidades Sistemicamente Importantes (ESI), servindo apenas como ferramenta de auxílio gerencial.
- (D) No que concerne à gestão de ativos, os imóveis pertencentes à carteira de investimentos das EFPC devem ser objeto de reavaliação periódica, sendo estabelecido pelo guia que o intervalo máximo entre essas avaliações deve ser de três anos, para assegurar que a contabilidade reflita o real valor patrimonial.
- (E) No âmbito da carteira de investimentos, caso a EFPC identifique que um ativo financeiro integrante de um fundo de investimento apresenta evidências de perda e o administrador ou gestor do fundo não tenha efetuado o devido provisionamento, cabe à própria EFPC realizar o reconhecimento do provisionamento para perda do valor recuperável em seu balancete contábil.

21

A Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024, dispõe sobre o plano de gestão administrativa, os fundos administrativos, o orçamento, as fontes de custeio administrativo e as receitas e despesas da gestão administrativa das entidades fechadas de previdência complementar, e sobre os limites e critérios específicos aplicáveis ao custeio das entidades e planos de benefícios regidos pela Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.

Suponha que uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) pretenda ampliar sua atuação por meio da prospecção de novos instituidores, do desenvolvimento de plataforma tecnológica e da implantação de novos planos de benefícios. Para financiar essas iniciativas, classificadas pela entidade como ações de fomento e inovação, a diretoria executiva elaborou estudo de viabilidade e obteve aprovação do Conselho Deliberativo para destinar parcela dos recursos administrativos acumulados, constituindo reserva específica voltada a essas finalidades, nos termos da Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024.

Considerando as disposições da referida Resolução, a operação descrita caracteriza

- (A) a definição de despesas da gestão administrativa destinadas ao custeio ordinário da administração dos planos de benefícios.
- (B) a aplicação de recursos administrativos em programas de assistência à saúde destinados ao aperfeiçoamento da gestão institucional.
- (C) a constituição de fundo administrativo compartilhado para a realização de operações de fomento e inovação.
- (D) a revisão da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições de participantes, patrocinadores e instituidores.
- (E) o reconhecimento de receitas diretas da gestão administrativa provenientes de atividades acessórias autorizadas pela regulamentação.

22

Ao final do exercício, a avaliação atuarial de um plano administrado por Entidade Fechada de Previdência Complementar revelou resultado deficitário sujeito a equacionamento, conforme os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador. Para enfrentar a insuficiência, a administração apresentou diferentes propostas ao conselho deliberativo.

Considerando a Lei Complementar nº 109/2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar, uma proposta admissível é

- (A) atribuir integralmente o déficit ao patrocinador, em razão de sua responsabilidade pela instituição e pela manutenção do plano de benefícios.
- (B) reduzir os benefícios já concedidos aos assistidos, mantendo inalteradas as contribuições devidas pelo patrocinador e pelos demais participantes.
- (C) equacionar o déficit entre patrocinadores, participantes e assistidos, proporcionalmente às suas contribuições, inclusive mediante a instituição de contribuição adicional.
- (D) transferir recursos de outro plano superavitário administrado pela entidade, desde que os participantes dos dois planos concordem com o procedimento.
- (E) postergar o equacionamento por prazo indeterminado, enquanto a entidade mantiver recursos suficientes para realizar os pagamentos correntes do plano.

23

Durante a auditoria independente de uma entidade fechada de previdência complementar, foram avaliados os procedimentos adotados ao final do exercício em relação ao custeio, às avaliações atuariais, à escrituração contábil e à divulgação de informações.

À luz exclusivamente da Lei Complementar nº 109/2001, que dispõe sobre Regime de Previdência Complementar, assinale o procedimento que evidencia desconformidade com a legislação.

- (A) Revisar anualmente o plano de custeio, fixando as contribuições necessárias às reservas, aos fundos, às provisões e às despesas, com fundamento em nota técnica atuarial.
- (B) Elaborar demonstrações contábeis e avaliações atuariais de cada plano, encaminhando os resultados ao órgão regulador e fiscalizador e divulgando-os aos participantes e assistidos.
- (C) Manter a contabilidade atualizada, consolidar a posição dos planos, submeter as contas à auditoria independente e elaborar demonstrações consolidadas, preservando os controles por plano.
- (D) Disponibilizar informações somente mediante solicitação formal, deixando de realizar sua divulgação periódica aos participantes e assistidos enquanto não houver pedidos específicos.
- (E) Manter reservas, provisões, fundos e demais exigíveis suficientes para cobrir permanentemente os compromissos do plano, ressalvadas as excepcionalidades definidas pelo órgão competente.

24

Uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), supervisionada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), promoveu a revisão de seus procedimentos operacionais após alterações legislativas relacionadas ao regime de tributação aplicável aos participantes. No planejamento da auditoria independente, a equipe avaliou os controles implementados para assegurar o correto registro das opções tributárias, a observância dos prazos legais e a adequada comunicação aos participantes. Durante a execução dos testes, verificou-se a necessidade de confirmar o momento-limite para o exercício da opção pelo regime tributário e os efeitos jurídicos decorrentes dessa manifestação de vontade. A correta interpretação da legislação mostrou-se essencial para a adequada evidenciação das obrigações da entidade e para a proteção dos direitos dos participantes.

À luz da Lei nº 11.053/2004, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.803/2024, a opção pelo regime de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário

- (A) pode ser exercida até o encerramento do exercício social em que ocorrer a concessão do benefício ou o primeiro resgate, admitindo alteração posterior mediante requerimento do participante.
- (B) pode ser exercida até o momento da obtenção do benefício ou da requisição do primeiro resgate dos valores acumulados em planos operados por entidade de previdência complementar, sociedade seguradora ou FAPI, sendo irrevogável.
- (C) deve ser formalizada obrigatoriamente no momento da adesão ao plano de benefícios, não sendo admitido seu exercício em data posterior, ainda que antes da concessão do benefício.
- (D) pode ser alterada livremente enquanto o participante permanecer vinculado ao plano de benefícios, independentemente da obtenção do benefício ou da realização de resgates.
- (E) depende de autorização da entidade de previdência complementar ou da sociedade seguradora, podendo ser modificada sempre que houver alteração da legislação tributária aplicável ao plano.

25

Uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), supervisionada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), concluiu a avaliação atuarial anual de um de seus planos de benefícios, identificando resultado que demandava deliberação pelos órgãos de governança quanto à destinação da reserva especial e aos critérios aplicáveis para eventual equacionamento de déficit. Em razão dos impactos financeiros para patrocinadores, participantes e assistidos, a auditoria independente incluiu procedimentos específicos para verificar a observância das regras de proporcionalidade contributiva previstas na regulamentação vigente. O exame dos documentos atuariais e dos registros históricos de contribuições mostrou-se indispensável para validar a conformidade da decisão adotada pela entidade.

De acordo com a Resolução CNPC nº 30/2018, na destinação da reserva especial ou no equacionamento de déficit, deve ser observado que

- (A) a Distribuição dos valores será realizada em partes iguais entre patrocinador, participantes e assistidos, independentemente da origem das contribuições e do período em que tenham sido vertidas ao plano.
- (B) a Identificação dos montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, observará a proporção contributiva das contribuições normais vertidas na constituição da reserva especial ou das contribuições vigentes na apuração do déficit, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros responsáveis.
- (C) a Destinação da reserva especial e o equacionamento do déficit dependerão exclusivamente de deliberação do patrocinador, observado o equilíbrio financeiro do plano e a disponibilidade orçamentária da entidade.
- (D) a Apuração dos valores cabíveis aos participantes, assistidos e patrocinador será realizada exclusivamente com base na situação patrimonial do exercício corrente, independentemente do histórico contributivo do plano.
- (E) a Definição dos montantes destinados aos participantes, assistidos e patrocinador observará exclusivamente os critérios estabelecidos no regulamento do plano, ainda que divergentes da proporção contributiva prevista na regulamentação.

PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 1

Durante a auditoria independente das demonstrações contábeis de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), a equipe executou procedimentos sobre a gestão e os controles relacionados aos recursos garantidores dos planos de benefícios e identificou as seguintes situações:

- i) determinadas decisões de investimento da carteira própria eram fundamentadas predominantemente na rentabilidade histórica dos ativos, sem documentação suficiente das análises prévias dos riscos envolvidos e dos fundamentos técnicos que sustentaram a tomada de decisão;
- ii) a EFPC adquiriu diretamente, com recursos garantidores de um dos planos de benefícios, imóvel comercial destinado à obtenção de receitas de aluguel;
- iii) parte dos ativos financeiros integrantes da carteira própria estava registrada ou depositada de forma que não permitia sua adequada individualização e identificação por plano de benefícios; e
- iv) os procedimentos de controle e acompanhamento dos investimentos não produziam evidência suficiente de que os limites, requisitos e diretrizes previstos na política de investimentos e na regulamentação aplicável eram periodicamente verificados.

A Diretoria Executiva sustentou que a rentabilidade global da carteira permanecia superior à meta estabelecida e que, por essa razão, as situações identificadas não representavam risco relevante para os planos administrados.

Considerando a Resolução CMN nº 4.994/2022, com suas alterações posteriores, a Resolução PREVIC nº 23/2023, com as alterações promovidas pela Resolução PREVIC nº 26/2025, e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis à auditoria independente, responda, em até 30 linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Analise cada situação identificada quanto à conformidade da aplicação e do controle dos recursos garantidores, indicando as normas e os dispositivos regulamentares infringidos e os aspectos que devem ser observados pela EFPC na gestão dos investimentos.**
- B) Fundamente os procedimentos que devem ser adotados pelo auditor independente diante de cada fragilidade e não conformidade identificada, indicando como devem ser avaliados os riscos, obtidas as evidências de auditoria e tratadas as deficiências de controles internos, e explique por que a rentabilidade satisfatória da carteira, isoladamente, não comprova a regularidade da gestão dos investimentos.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

QUESTÃO 2

A Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) Beta administra plano de benefícios estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). No encerramento do exercício, a avaliação atuarial revelou aumento relevante das provisões matemáticas, decorrente principalmente de alterações em premissas biométricas, demográficas e econômico-financeiras utilizadas na mensuração das obrigações futuras do plano.

Em razão da elevada complexidade e do grau de julgamento envolvidos, a firma de auditoria contratou atuário para atuar como especialista do auditor. Após receber o relatório técnico, o gerente do trabalho propôs aceitá-lo integralmente como evidência de auditoria, sem avaliar a competência e a objetividade do especialista, a adequação dos métodos e premissas utilizados, os dados relevantes ou a consistência de suas conclusões com as demais evidências obtidas. Sustentou que a ausência de conhecimento atuarial especializado na equipe dispensaria tais procedimentos.

A administração da EFPC, por sua vez, afirmou que eventuais divergências relativas às premissas e estimativas atuariais deveriam ser solucionadas exclusivamente pelos profissionais de atuária, não competindo ao auditor independente avaliar seus efeitos sobre os valores reconhecidos e as divulgações constantes das demonstrações contábeis.

Considerando a regulamentação aplicável às EFPC e as Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente, responda, em até 30 linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Analise a conduta proposta pelo gerente da auditoria e indique, à luz das normas aplicáveis, as responsabilidades do auditor na utilização do trabalho de especialista, bem como os aspectos que devem ser avaliados em relação ao especialista e ao trabalho por ele desenvolvido.**
- B) Analise a manifestação da administração e explique, à luz das normas de auditoria e da regulamentação atuarial aplicável às EFPC, como o auditor deve avaliar as estimativas atuariais e os efeitos de eventual distorção relevante não corrigida sobre as demonstrações contábeis e sobre sua opinião.**

RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

Realização

